

Política

AJ 22510-1

CCJ aprova criação de vagas nas câmaras.
A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou proposta que cria mais 7.554 vagas de vereador nas câmaras municipais do país. **PÁG. 20**

Operação Naufrágio

OS DETALHES SOBRE O BALCÃO NO TRIBUNAL

Investigações revelam, por exemplo, como um prefeito voltou ao cargo

■ Negociações que devolveram o cargo a um prefeito afastado, relatos de interferência em concursos públicos e uma briga familiar pelos lucros de um cartório administrado por um "laranja". As investigações da polícia e do Ministério Público Federal, que culminaram na Operação Naufrágio, revelam como o Tribunal de Justiça do Estado se transformou num órgão classificado de "balcão de negócios".

A operação prendeu, na terça-feira, o presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Guilherme Pimentel; os desembargadores Elpídio José Duque e Josenider Varejão; o juiz Frederico Luís Pimentel; os advogados Paulo Duque e Pedro Celso Pereira; e uma funcionária do tribunal.

Um dos casos joga suspeita sobre a liminar que reconduziu ao cargo o prefeito de Pedro Canário, Francisco José Prates de Matos (PMDB), no último dia 14 de outubro. A decisão custou pelo menos R\$40 mil para o peemedebista, segundo apontam as investigações. Desse total, R\$ 20 mil teriam sido destinados para o desembargador Josenider Varejão Tavares, que concedeu a liminar, e R\$ 20 mil para o juiz Frederico Luiz Schaider Pi-

mentel, filho do presidente do TJ, Frederico Pimentel.

Conhecido como Dr. Chicô, o prefeito havia sido afastado por decisão da 1ª Câmara Criminal, em 24 de setembro, que, por unanimidade, acatou uma denúncia do Ministério Público Estadual (MPES) de fraudes em várias licitações na Prefeitura de Pedro Canário. Neste caso, os advogados Paulo Guerra Duque, filho do desembargador Elpídio José Duque, e Johnny Estefano Lievori atuaram na defesa de Chicô, pelas apurações.

RECURSO

Johnny Estefano recorreu com um mandado de segurança contra essa decisão. Pelas investigações, Paulo Duque negociou a compra da liminar com o juiz Frederico, conhecido como Fredinho. Este acionou sua cunhada e chefe do setor de distribuição do TJES, Bárbara Pignaton Sarcinelli, que "sorteou" o processo para Josenider Varejão. No esquema, o advogado Pedro Celso Pereira, também preso, atuava como o intermediador de Josenider para receber as quantias.

A liminar foi concedida no dia 14. No dia seguinte, Josenider declarou, numa conversa telefônica que já teria recebido R\$20 mil.

"Eles iam me dar sabe quanto? Os 43 que estavam faltando. Aí me entregaram 20 hoje e disseram que os 23 a semana que vem entregam, então, tudo bem!", diz um trecho do inquérito.

Na data em que a decisão foi cumprida e Chicô reassumiu a prefeitura, Paulo Duque ligou para Pedro Celso Pereira, para dizer que recebeu as quantias e que, por isso, efetuaria o restante do pagamento. Pelas investigações, Johnny teria dito que uma parte da quantia estava em cheque, o que necessitaria depósito.

Segundo as apurações, Paulo Duque não teria quitado os valores na data combinada. Por isso, Josenider pediu a Pedro Celso para cobrá-lo. "Quem precisa uma vez pode precisar uma segunda vez. Daí, dança". Ainda sobre essa pressão, Josenider disse para Pedro "colar e 'meter o cacete', senão vai desfazer tudo", ao se referir à possibilidade de cassar a liminar.

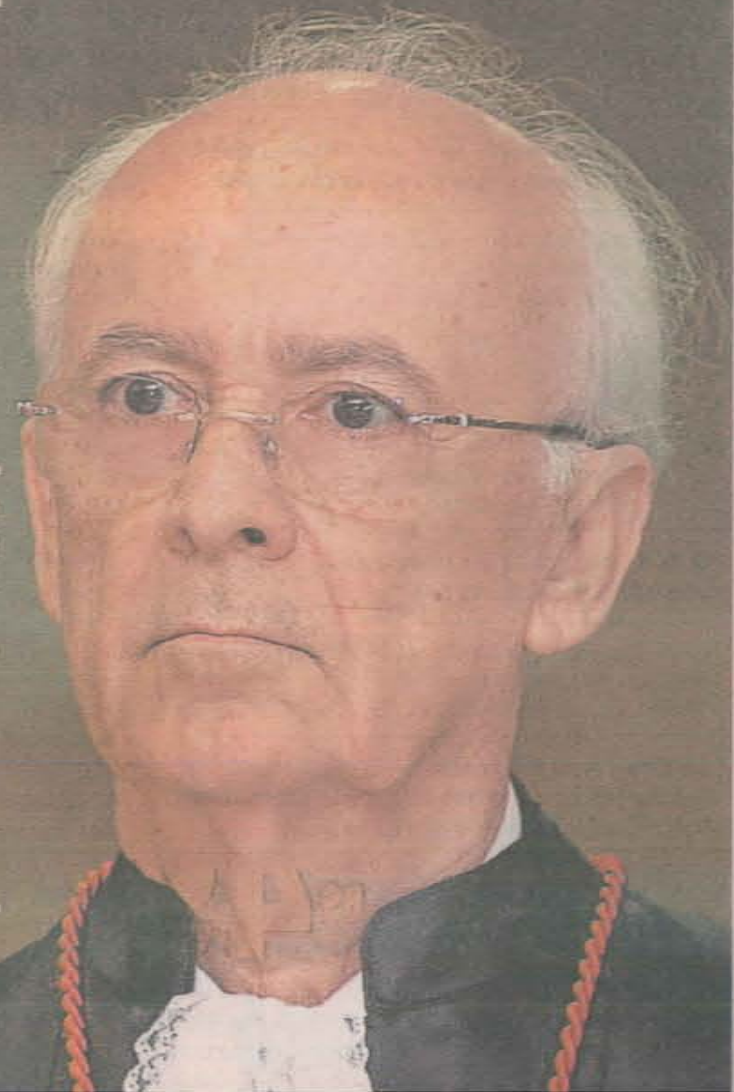
Ainda antes de o pagamento ter sido feito, conforme indicam as investigações, Josenider comentou com Pedro Celso que Paulo Duque pagou 20 "balas" para "o filho do imperador" - Fredinho - pelo sorteio, e estaria evitando o seu pagamento. "Pois é, e o besta aqui fez tudo e...".

“Eles iam me dar sabe quanto? Os 43 que estavam faltando. Aí me entregaram 20 hoje e disseram que os 23 entregam na semana que vem”

“Quem precisa uma vez pode precisar uma segunda vez, daí dança (...) pega logo essas 'balas'” EM REFERÊNCIA A PAGAMENTO DE R\$ 20 MIL PROMETIDO POR PAULO DUQUE

“Aquelas crianças todas em campo é um problema sério”

NESTOR MÜLLER



sobre a liminar que reconduziu ao cargo o prefeito de Pedro Canário, Francisco José Prates de Matos (PMDB), no último dia 14 de outubro. A decisão custou pelo menos R\$ 40 mil para o peemedebista, segundo apontam as investigações. Desse total, R\$ 20 mil teriam sido destinados para o desembargador Josenider Varejão Tavares, que concedeu a liminar, e R\$ 20 mil para o juiz Frederico Luiz Schaider Pi-

do como Fredinho. Este acionou sua cunhada e chefe do setor de distribuição do TJES, Bárbara Pignaton Sarcinelli, que "sorteou" o processo para Josenider Varejão. No esquema, o advogado Pedro Celso Pereira, também preso, atuava como o intermediador de Josenider para receber as quantias.

A liminar foi concedida no dia 14. No dia seguinte, Josenider declarou, numa conversa telefônica que já teria recebido R\$ 20 mil.

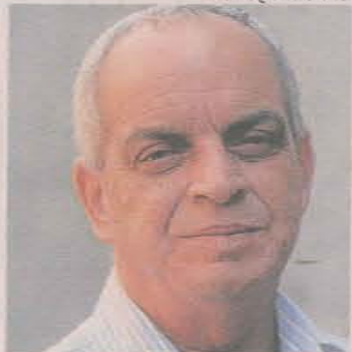
Chicô: "Não tenho nada a declarar"

Advogado que foi monitorado pela polícia diz que está calmo e aberto às investigações

O prefeito de Pedro Canário, Chicô Matos, alegou desconhecer os fatos. "Eu não tenho nada a declarar. Desconheço isso", afirmou, surpreso. Chicô ainda garantiu que não conhece o desembargador Josenider Varejão, a quem teria pago R\$ 20 mil para voltar ao cargo de prefeito - segundo apontam as investigações..

Já o advogado do prefeito, Johnny Estefano Lievori confirmou que foi notificado da decisão, mas que também não

ARQUIVO AG



O PREÇO. Chicô teria pago pelo menos R\$ 40 mil pelo cargo

tem nada a declarar. "Estou muito sereno e calmo. Estou aberto às investigações. O que a Justiça precisar de mim estarei aqui para esclarecer qualquer informação", destacou Johnny Estefano.

nider disse para Pedro "colar e meter o cacete", senão vai desfazer tudo", ao se referir à possibilidade de cassar a liminar.

Ainda antes de o pagamento ter sido feito, conforme indicam as investigações, Josenider comentou com Pedro Celso que Paulo Duque pagou 20 "balas" para "o filho do imperador" - Fredinho - pelo sorteio, e estaria evitando o seu pagamento. "Pois é, e o besta aqui fez tudo e...".

A apuração aponta:

■ **Paulo Duque.** Pelas investigações, ele é que coordenou a oferta e que repassou o dinheiro. A suspeita é que a Mercedes apreendida foi paga com R\$ 50 mil em espécie. Ele é filho do desembargador Elpídio José Duque.

■ **Fredinho.** Filho do presidente do TJES, usou sua influência e "sorteou" o processo para Josenider Varejão. Para isso, contou com o apoio de Bárbara Sarcinelli, sua cunhada e chefe do setor de distribuição. Teria recebido R\$ 20 mil por esse caso.

■ **Pedro Celso.** Mediador de Josenider Varejão, ele é quem negociava, fazia as conversas e recebia as quantias para o desembargador. Pelas investigações, também teria se beneficiado com algum dinheiro.

essas 'balas'" EM REFERÊNCIA A PAGAMENTO DE R\$ 20 MIL PROMETIDO POR PAULO DUQUE

“ Aquelas crianças todas em campo é um problema sério. Cola e 'mete o cacete', senão vou desfazer tudo” AO COBRAR DE PEDRO CELSO

“ Pois é, e o besta aqui fez tudo e...” QUANDO SOUBE QUE O JUIZ FREDINHO HAVIA RECEBIDO SEUS R\$ 20 MIL ANTES DE PROVIDENCIAR O SORTEIO DO PROCESSO EM QUE DEU A LIMINAR PARA CHICÔ

NÃO TELEFONE. O desembargador Josenider: flagrado em negociação com prefeito afastado



Operação Naufrágio

Divisão de lucro de cartório em Cariacica vira briga familiar

CHICO GUEDES

A partilha dos lucros

Desavença

A definição dos critérios para divisão dos lucros com o cartório gerou alguns desentendimentos entre os membros da família Pimentel



Divisão

Em um telefonema do juiz **Frederico Luís Pimentel** para sua esposa, a também juíza Larissa Pignaton Sarcinelli Pimentel, o primeiro relata uma "reunião de família" para tentar resolver esse conflito

Um de seus cunhados teria dito: **"Sou eu que providencio tudo e agora vou ter que dividir..."**

O juiz, então, afirmou que a divisão deveria ser efetuada entre os quatro irmãos, pois "é da família"

Alerta

No dia 17 – um dia após a publicação do ato de criação do cartório –, uma das filhas do desembargador tentou convencê-lo a adiar o ato, alertando-o para o risco

"Ó, tô te falando. Vai sobrar para você, tá? Literalmente (...)"

Ao saber da resistência dessa irmã, o juiz Pimentel ameaçou atrapalhar o negócio se suas exigências não fossem atendidas

"Ou fica como foi acertado no dia anterior ou será desfeito tudo o que foi feito desde o início do ano", afirmou em outra conversa

"Laranja"

Outro ponto que provocou divergências foi a escolha do "laranja", como mostra trecho de outra conversa do juiz Pimentel com a esposa:

"Parece que o cara deu pra trás, né? (...) Eu que vou me virar e vou achar"

Em diálogo com uma das irmãs, no dia 19 de julho, o juiz Pimentel protestou

Ele disse que seu pai, o presidente do Tribunal de Justiça, **Frederico Guilherme Pimentel**, deveria "começar a pensar nos parentes dele"

Em outro trecho, diz "ele tem que parar de administrar para o próprio Poder Judiciário. Ele tem que administrar agora para os juizes e pros parentes dele"

Divisão

Conversa datada de 11 de outubro explicitaria a partilha dos lucros do cartório em pleno funcionamento

A cunhada do juiz Pimentel, **Bárbara Sarcinelli Pimentel** – também presa na operação – se queixa com ele por ter recebido menos do que esperava

"Oh, no meu bolo tá 'descompleto', tá! Meu bolo de chocolate"

Fred retruca que lá tem **"oitenta e nove pedaços de bolo"**

Bárbara questiona: **"E por que... não pode ser cem não?"**

E o juiz responde: **"Não, não é... é sempre o mesmo número para cada irmão!"**

Em conversa interceptada no dia 11 de outubro, Larissa Pimentel diz ao marido que não vai nem precisar trabalhar mais, pois ficará rica com a "esmola"



NOS PLANOS. Cartório do 1º Ofício da 2ª Zona, em Campo Grande, era o primeiro de sete que a família pretendia criar

Segundo as investigações, critérios para a partilha do dinheiro gerou alguns desentendimentos

Zona em Campo Grande, Cariacica, em 16 de julho de 2008. No dia 21 do mesmo mês, designou para responder pelo cartório um tabe-

tro irmãos. Diante da resistência de uma irmã, o juiz ameaçou atrapalhar o negócio se suas exigências não fossem atendidas.

blico, o Presidente do Tribunal de Justiça (...) designará ocupante temporário para responder pela titularidade da nova serventia

res. Diante da recusa da pessoa indicada por um dos cunhados, o juiz Frederico Luís Pimentel se incumbiu de encontrar o "laranja"

16, o "nome de consenso" foi enfim designado para chefiar temporariamente o cartório. Segundo a polícia, Pimentel favoreceu os membros da fa-

As informações da Polícia Federal (PF) também apontam o envolvimento de membros da família Pimentel em um esquema de "loteamento de cartórios", para repartirem de maneira ilícita os lucros proporcionados pela serventia. Além do desembargador Frederico Guilherme Pimentel e de seu filho, o juiz Frederico Luis Schaidler Pimentel - ambos presos pela PF na Operação Nautárgio - outros filhos, genros e noras do desembargador. Alguns deles, inclusive, ocupariam cargos de assessores da presidência do TJES.

Segundo as investigações, critérios para partilha do dinheiro gerou alguns desentendimentos

■ As investigações da Polícia Federal (PF) também apontam o envolvimento de membros da família Pimentel em um esquema de "loteamento de cartórios", para repartirem de maneira ilícita os lucros proporcionados pela serventia. Além do desembargador Frederico Guilherme Pimentel e de seu filho, o juiz Frederico Luis Schaidler Pimentel - ambos presos pela PF na Operação Nautárgio - outros filhos, genros e noras do desembargador. Alguns deles, inclusive, ocupariam cargos de assessores da presidência do TJES.

De acordo com a polícia, o desembargador Pimentel autorizou a instalação do

cartório do 1º Ofício da 2ª

"Ou fica como foi acertado no dia anterior ou será desfeito tudo o que foi feito desde o início do ano", afirmou em outra conversa

Barbara questiona: "E por que... não pode ser com outro?" E o juiz responde: "Não, não é... sempre o mesmo número para cada irmão!"

Em conversa interceptada no dia 11 de outubro, Larissa Pimentel diz ao marido que não vai nem precisar trabalhar mais, pois ficará rica com a "esmoia"

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

NOS PLANOS. Cartório do 1º Ofício da 2ª Zona, em Campo Grande, era o primeiro de sete que a família pretendia criar



Chefe de cartório não vai ao local

res. Diante da recusa da pres-
soa indicada por um dos cu-
-enfm designado para chefiar
temporariamente o cartório.
Segundo a polícia, Pimentel
favoreceu os membros da fa-
mília, já que a pessoa nomeada
para assumir o cartório tinha
sido objeto de acordo e servi-
ria de "laranja".

que faziam parte da suposta
quadriilha familiar.
Na entrada do cartório, fun-
-cionários confirmaram que o
chefe é o mesmo que foi no-
meado por Pimentel. Um de-
-autorizado nenhum funcio-
nário a prestar informações
sobre o funcionamento do
cartório, nem mesmo o ta-
belião substituído.

O cartório iniciou as ati-
vidades no dia 25 de agosto
último. Teria resultado do
desmembramento do Car-
tório do 1º Ofício da 1ª Zona
de Cariacia.

imprensa, nem pessoalmente,
que não daria declarações à

Procurador detido com arma deixa a prisão na PF

para o registro da arma de fo-

go, de acordo com o código
nacional do desarmamento,
Sérgio Bizzotto, que
também determinou
fim do inquérito

■ Preso durante a Operação
Nautárgio por porte ilegal de
arma, o procurador de Justiça
Eliezer Siqueira de Souza dei-
xou ontem à noite, por volta
das 20h40, a sede da Polícia
Federal, em São Torquato, Vi-
la Velha. O relaxamento de
prisão foi concedido pelo de-
sembargador do Tribunal de

sembargador do Tribunal de
Justiça (TJES) Sérgio Bizzot-
to. A decisão do magistrado
determina ainda o tranca-
mento do inquérito policial.

Bizzotto entendeu que o
procurador não cometeu in-
fração penal porque o prazo
possa de arma de fogo permi-
interior de sua residência, na
domicílio ou dependência, a
pessoa surpreendida no

10º PROCESSO SELETIVO 2009
Fafatia
O futuro a gente e quem faz

INSCRIÇÕES:
De 12/11 a 12/12,
das 8h a 21h 30 min,
de segunda a sexta-feira.
Ou pelo site www.fafatia.edu.br,
de 12/11 a 05/12.

PROVA: 14/12/2008.
Tel.: (28) 3552-9850
www.fafatia.edu.br

Maiores informações:
Fafatia
Associação de Ensino

Disciplinas:
• PEDAGOGIA (Instituição: 1ª e 4ª séries, Ed. Infantil e Pedagogia)
• HISTÓRIA
• LETRAS (português/ingles)
• MATEMÁTICA
• CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
• FARMÁCIA (NOTANDO NOTANDO)
• ENFERMAGEM (NOTANDO NOTANDO)
• CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
• PSICOLOGIA (Formação de Psicólogo)

Bacharelados

CRÉDENCIAÇÃO:
FIES,
NOSSA BOLSA
e BOLSA ESCOLA.

4122530-3
Operação Naufrágio

Concurso para juiz é alvo de suspeitas

Seleção, que se arrasta desde 2006, aparece em disputas entre alguns dos envolvidos nas denúncias

■ O concurso para juiz substituto paralisado desde 2006 mal recomeçou e já está cercado de suspeitas de fraude, segundo as apurações que embasam o inquérito da Operação Naufrágio. As disputas internas, que fizeram a seleção parar anterior-

mente, persistiriam até hoje.

Em setembro, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou a reabertura do concurso, após questionamento feito pelo MPF e pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES). As inscrições foram encerradas na sexta-feira. Há informações de que membros do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) tentaram impedir a mudança nas regras do concurso, pois isso atrapalharia os planos desse grupo. O novo edital foi publica-

do em 22 de outubro.

Previendo essa decisão do CNJ, o juiz Frederico Luis Pimentel, o Fredinho, determinou a sua cunhada e diretora da distribuição de processos do TJES, Bárbara Sarcinelli, que direcionasse todos os recursos relacionados ao concurso para um determinado gabinete.

De acordo com as investigações, o desembargador Josenider Varejão reclamou das interferências no edital. "Cada um quer... quer botar um troço di-

“Cada um quer... quer botar um troço diferente para beneficiar o parente dele!”

DES. JOSENER VAREJÃO
SOBRE AS INTERFERÊNCIAS DOS MEMBROS DO TRIBUNAL NO EDITAL DO CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO

ferente para beneficiar o parente dele!", afirmou. Em outra conversa, Josenider comentou com o advogado Pedro Celso Pereira que a seleção será organizada por uma empresa de outro Estado, mas que torce por uma instituição do Espírito Santo, o que garantiria os resultados desejados.

Os dados levantados se referem a esse concurso, mas, segundo as investigações, caminham no sentido de pôr em xeque as seleções anteriores para a

Justiça Estadual. Isso porque, segundo as apurações, filhos e até famílias inteiras de desembargadores integram a magistratura e conseguem rapidamente ascender na carreira.

O salário para juiz é de R\$17.689,00. A comissão do concurso é composta três desembargadores que integram o Conselho da Magistratura, um desembargador indicado pelo Tribunal Pleno e um representante da Ordem dos Advogados do Brasil seccional Espírito Santo.

Pimentel era "imperador", "papa" e até "Deus"

Conversas grampeadas pela PF revelam uso de codinomes e códigos pelos envolvidos

■ Além da gravidade das acusações, um ponto chama a atenção no inquérito da Polícia Federal (PF): precisamente por terem ciência dessa gravidade, os envolvidos nas negociações de venda de sentenças no TJES abusavam dos códigos, codinomes e meias palavras ao falarem ao telefone sobre os acordos, nas conversas interceptadas pela PF. As investigações estão repletas de termos como "esmola", "bala" e "bolo" - referências às quantias em dinheiro que seriam pagas ou recebidas. "Vamos ver se a gente consegue fazer aquilo (...) botando ali mais dez balas", diz uma parte interessada em comprar sentença a um dos desembargadores envolvidos.

O desembargador Frederico Pimentel era tratado por vários codinomes que expressam cla-

vivo

SAMSUNG

Neste Natal, quem é Vivo Pós fala até **10x** mais.

- São 10x os minutos do plano em ligações locais para Vivo durante 6 meses.
- Como participar: cadastre-se grátis pelo site www.vivo.com.br/natal ou ligue *9000 do seu celular.

Samsung F275
• Duplo slides com som de alta qualidade

Samsung F250
• MP3 player com cartão

de termos como "esmoia", "ba-la" e "bolo" - referências às quantias em dinheiro que seriam pagas ou recebidas. "Vamos ver se a gente consegue fazer aquilo" (...) botando ali mais dez balas", diz uma parte interessada em comprar sentença a um dos desembargadores envolvidos.

O desembargador Frederico Pimentel era tratado por vários

codinomes que expressam cla-

"O papa é que ficou com a

inquisição... você é cardeal, o papa ficou com a inquisição (...) é Deus, é o papa mesmo me dando a extrema-unção"

PEDRO PEREIRA
ADVOGADO PRESO

"O filho do papa

(Frederico Guilherme Pimentel), que é padre, tá negociando com o cardeal (outro desembargador que não foi preso pela PF). Isso é mole"

PEDRO CELSO PEREIRA
ADVOGADO PRESO PELA PF

ramente a "reverência" que os envolvidos rendiam ao presidente do TJFS: "imperador", "papa" e até "Deus" eram alguns termos corriqueiros. Já o juiz Frederico Luis Pimentel, filho do desembargador também detido na Operação Nautárgo, era chamado de "Padre". Os outros desembargadores do TJFS eram sempre os "Cardeais".

Uma frase do advogado Pedro Celso Pereira, preso pela PF, evidencia as formas de tratamento convencionadas pelo grupo: "O filho do papa que é padre tá negociando com o cardeal". Em outra passagem, o advogado vibra com o fato de o presidente ter ficado com um pro-

cesso que era de seu interesse. "O papa é que ficou com a inquisição (...)" é o papa mesmo me dando a extrema-unção."

• São 10x os minutos do plano em ligações locais para Vivo durante 6 meses.

• Como participar: cadastre-se grátis pelo site www.vivo.com.br/natal ou ligue *9000 do seu celular.

Samsung F275
• Duplo slider com som de alta qualidade
• Câmera de 2 megapixels
R\$ 99
Do Vivo Escolha 150.

Samsung E215
• Câmera digital
• 2000mAh
R\$ 49
Do Vivo Escolha 90.

Samsung F250
• MP3 player com cartão de 512 MB
• Câmera de 2 megapixels
R\$ 49
Do Vivo Escolha 180.

VIVO Sinal de qualidade.

condição e regularidade da prestação. São 10x os minutos do plano em ligações locais para Vivo durante 6 meses. Como participar: cadastre-se grátis pelo site www.vivo.com.br/natal ou ligue *9000 do seu celular. São 10x os minutos do plano em ligações locais para Vivo durante 6 meses. Como participar: cadastre-se grátis pelo site www.vivo.com.br/natal ou ligue *9000 do seu celular.

Operação Naufrágio

Desembargadores
podem ser afastados,
confirma o CNJ

Corregedor nacional de Justiça afirmou que reconhece a seriedade das denúncias

■ A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), poderá instaurar um procedimento para investigar as repercussões administrativas das denúncias da Polícia Federal relacionadas aos desembargadores e um juiz do Espírito Santo.

O corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, afirmou ontem que reconhece a seriedade das denúncias que envolveram os magistrados. O conselho pode ainda determinar o afastamento dos magistrados, mesmo sem o término do processo. Em 2006, o conselho afastou o desembargador Sebastião Chaves da presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia. Ele foi preso pela Polícia Federal, na Operação Dominó.

Dipp lembra que, até este momento, as decisões tomadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação ao caso Capixaba são de caráter judicial e, portanto, ainda não têm relação direta com as atribuições do conselho.

No entanto, a ministra Laurita Vaz, do STJ, que preside o inquérito, vai encaminhar a cópia da sua decisão e o relatório policial ao corregedor, depois de cumpridas todas as medidas determinadas anteriormente, como realização de interrogatórios.

O pedido partiu do Ministério Público Federal (MPF) e



ABR

Praça Oito

ANDRÉIA LOPES
alopes@redgazeta.com.br
Blog: <http://gazetaonline.globo.com/blogpraca0ito>
TEL: 3321-8517/ FAX: 3321-8633

O nome do
papa no balcão

A Operação Naufrágio desmoronou o principal pilar do Judiciário capixaba ao levar o presidente Frederico Pimentel e o filho dele para a cadeia, mas, a cada detalhe da investigação que vem à tona, fica a impressão de que muita coisa ainda vai afundar naquele poder. Os apelidos identificados nas escutas telefônicas dão a noção de como esse grupo parecia se considerar acima do bem e do mal.

Trechos das conversas que constam da investigação e publicados hoje em A GAZETA mostram que eles se referiam uns aos outros como padre, cardeal, papa, filho do imperador. Ou seja, autoridades intocáveis, como se fossem protegidas por uma santidade. Expressões mais "inocentes", como bolo de chocolate ou bala, seriam referências à distribuição de algo bem doce: o dinheiro do esquema de venda de sentença sob investigação.

A atuação da suposta quadrilha, segundo as investigações, seria facilitada por uma ação coordenada entre "amigos" e familiares do Judiciário capixaba. Por isso o assunto nepotismo merece atenção especial. A investigação coordenada pelo Superior Tribunal de Justiça aponta para uma antiga suspeita: de que concursos públicos realizados naquele poder não são necessariamente imparciais, e que filhos e famílias inteiras de desembargadores, cedo ou tarde, ingressam na magistratura estadual, com carreiras meteóricas. É como se fossem gênios.

O concurso que estaria sob suspeita seria o de 2004.

Tribunal de Contas. Conheço superficialmente o assunto, mas a prisão do presidente do tribunal é um impacto para o Judiciário brasileiro".

Ainda de acordo com o ministro, os fatos demonstram que haviam "um certo descompromisso e, sem fazer juízo de valor, aquelas pessoas acreditavam piamente na impunidade, que as forças de investigação, perseguição criminal, e mesmo de processamento e julgamento, como o Superior Tribunal de Justiça, permaneceriam inertes": "Está havendo uma crença de que atitudes incorretas ou criminosas continuariam impunes".

Do ministro Gilson Dipp, corregedor do CNJ, fazendo uma autocrítica das investigações envolvendo magistrados no país: "Temos que aperfeiçoar a Lei Orgânica da Magistratura e do Ministério Público, porque todas elas prevêm que, em caso de afastamento, o membro do Judiciário continue a receber valores provenientes do cargo"

Enquanto o STJ vai avaliar a conduta penal dos investigados, o CNJ pode instaurar

Justiça (STJ) em relação ao caso Capixaba são de caráter judicial e, portanto, ainda não têm relação direta com as atribuições do conselho.

No entanto, a ministra Laurita Vaz, do STJ, que preside o inquérito, vai encaminhar a cópia da sua decisão e o relatório policial ao corregedor, depois de cumpridas todas as medidas determinadas anteriormente, como realização de interrogatórios.

O pedido partiu do Ministério Público Federal (MPF). O MPF pede essa apuração por parte da corregedoria devido a dois motivos: os indícios de fraude no concurso para juiz substituto e nepotismo.

NÚMERO

No CNJ, estão em tramitação 42 procedimentos em tramitação relacionados ao Tribunal de Justiça do Estado. Eles envolvem os mais diferentes casos. Em todos os casos que são apresentadas denúncias contra magistrados, o conselho avalia a legalidade do pedido para, em seguida determinar a instauração de um procedimento administrativo, determinar a realização de diligências para comprovar as denúncias ou instauração de sindicância.

O CNJ é o órgão do Poder Judiciário brasileiro encarregado de controlar a atuação administrativa e financeira dos demais órgãos daquele poder, além de supervisionar o cumprimento dos deveres funcionais dos juizes.

Com a prisão do presidente do TJES, desembargador Frederico Guilherme Pimentel, na Operação NautiTrágio, começou a se cogitar uma nova eleição para a presidência do órgão. O próprio Regimento Interno do tribunal prevê a medida. O documento diz que, ocorrendo uma vaga, em virtude de falecimento, renúncia ou aposentadoria, ocorrerá nova eleição para escolha do sucessor no Judiciário.

Faltam menos de três anos para Pimentel se aposentar de forma compulsória, aos 70 pela família, permitindo, De acordo com a apuração, apareceu como responsável pela sucessão, dos ainda não chegaram à presidência, estão desembargadores Manoel Alves Rabelo, que é o atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Pedro Valls Feu Rosa e Sérgio Bizotto.

As acusações

Veja o que pesa sobre cada um dos desembargadores, de acordo com o que já foi apurado. As investigações detalham como funcionava o esquema para a negociação de sentenças

Envolvimento de familiares

A apuração indica o papel de destaque do presidente do Tribunal, do desembargador Josenider Vareja e do advogado Paulo Duque nas articulações do grupo



ESPAL Segundo Dipp, o caso ainda não tem relação direta com as atribuições do conselho

FREDERICO GUILHERME PIMENTEL

Presidente do Tribunal de Justiça

Segundo as investigações, é acusado de, pela condição que ocupa no tribunal, distribuir seus parentes e agregados em funções comissionadas no órgão, na Justiça de primeiro grau e nas serventias judiciais de todo o Estado. Outra acusação é a de criar e lotear cartórios, transformando-os em um negócio de família. De acordo com a polícia, há reuniões em que filhos, genros e noras debatem a quem caberá este ou aquele cartório, por vezes gerando insatisfações. Foi Frederico Pimentel quem autorizou a instalação do Cartório do 1º ofício em Cartacica, designando também o responsável pelo cartório. Segundo a PF, esse servidor foi previamente escolhido pela família, permitindo, assim, a partilha futura dos lucros entre os envolvidos.

ELPIDIO JOSÉ DUQUE

Desembargador

De acordo com a apuração, ele sofreu, dos ainda não chegados à presidência, retorno do desembargador à presidência devido ao desagrado sofrido no caso. Na ordem pela sucessão, ele ainda não chegou à presidência, estão desembargadores Manoel Alves Rabelo, que é o atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Pedro Valls Feu Rosa e Sérgio Bizotto.

advogado Paulo Duque. Uma

dessas decisões, por exemplo,

foi favorável ao grupo Scopel, que havia contratado o filho de Elpidio. Em outro caso, ofereceu, por meio do desembargador Josenider, dinheiro a outros dois desembargadores, para obter decisão favorável. Em outro caso, segundo a Polícia, houve atuação na redistribuição de um processo, com a ajuda da diretora judiciária de registro de primeiro grau e na serventia de Justiça. Bárbara Pignaton Sarcinelli. Além disso, ele também teria atuado na convocação do desembargador Josenider Vareja Tavares, membro da 3ª Câmara Cível, para participar de julgamento na 2ª Câmara Cível, onde foi favorável ao advogado Pedro Celso Pereira, em troca de dinheiro, conforme apontou a PF. Tal decisão, de acordo com as investigações, foi negociada por Paulo Duque e pelo próprio Vareja.

JOSENER VAREJÃO TAVARES

Desembargador

É apontado nas investigações como o que mais tratou de ações ilícitas nas conversas telefônicas, juntamente com Pedro Celso. Para a PF, Josenider demonstrou ter amplo trânsito no Tribunal de Justiça, convencendo outros desembargadores, servidores e juizes de primeiro grau a namorada de Josenider.

atender determinados

interesses. Uma das

acusações é de que o advogado Pedro Celso Pereira recebeu R\$ 10 mil do prefeito de Pedro Canário, Francisco Prates de Matos, para obter uma decisão que o reintegrasse ao cargo. Segundo a denúncia, Paulo Duque também teria recebido o mesmo valor. Outros R\$ 10 mil foram prometidos ao desembargador, mas não chegaram a ser pagos. A interceptação das conversas telefônicas apontou que os valores destinaram-se à Justiça, convencendo outros desembargadores, servidores e juizes de primeiro grau a namorada de Josenider.

A carreira. Segundo

informações obtidas junto ao

Tribunal de Justiça, o juiz Frederico Pimentel, filho do desembargador Frederico, foi aprovado no concurso no final de 2004, mas só assumiu o cargo em dezembro de 2006 - durante esse intervalo, preferiu atuar como advogado. Outro detalhe: Frederico foi o único a tomar posse em 2006, e ainda está em estágio probatório - não é juiz vitalício. De acordo com o TJES, a vitaliciedade dele aconteceria nos próximos dias.

Fazendo as contas. Se um

desembargador recebe por

mês R\$ 22,1 mil e, desembargador recebe por mês R\$ 22,1 mil e, atual prefeito no centro da Operação NautiTrágio.

provenientes do cargo"

receber valores

Judiciário continue a

o membro do

caso de afastamento,

porque todas elas

preveem que, em

Justiça aponta para uma antiga

suspeita: de que concursos pu-

blicos realizados naquele po-

der não são necessariamente

imparciais, e que filhos e fami-

lias inteiros de desembargado-

res, cedo ou tarde, ingressam

na magistratura estadual, com

se fossem gênios.

O concurso que estaria

sob suspeita seria o de 2004.

Coincidentemente, nessa

mesma seleção, Frederico

Pimentel, filho do presiden-

te do Tribunal de Justiça, fi-

cou entre os aprovados.

Mas o assunto nepotismo

não é exclusividade do Espírito

Santo. Ele esteve tão espalhado

por todo o Brasil que já se coloca

uma dúvida que já se coloca

diz respeito às decisões to-

mas nos processos que en-

volviam suposta venda de

jurídico sobre o que fazer -

até porque o caso ainda está

em fase de investigação. Mas

interrogações sobre as deci-

sões do Judiciário capixaba

também não parecem inven-

ções em que teria se transfor-

mado o Judiciário capixaba.

O caso se mostra tão grave

que, ontem, em entrevista à

Rádio Gaúcha, o ministro

Gilson Dipp, corregedor do

CNJ, admitiu que a situação

estava terça-feira no aero-

portos de Vitória no momento

em que a imprensa aguarda-

va a chegada de desembar-

gadores e juizes presos na

Operação NautiTrágio. Ele deu

uma olhada, mas seguiu dis-

cretamente, sem se importar

muito com a movimentação,

já que não era com ele...

Cena política

■ **O ex-governador José Ig-** nácio Ferreira, que responde a vários processos na Justiça, estava terça-feira no aeroporto de Vitória no momento em que a imprensa aguardava a chegada de desembargadores e juizes presos na Operação NautiTrágio. Ele deu uma olhada, mas seguiu discretamente, sem se importar muito com a movimentação, já que não era com ele...

■ **Triste sina...** Pobre Pedro Canário. Não bastasse ter eleito um prefeito envolvido em escândalos, agora vê o atual prefeito no centro da Operação NautiTrágio.

■ **Função.** Comentário de Arnaldo Jabor, na Rádio CBN: "Que país pode se orgulhar de ter um Tribunal de Justiça inteligente em cana?"

■ **Triste sina...** Pobre Pedro Canário. Não bastasse ter eleito um prefeito envolvido em escândalos, agora vê o atual prefeito no centro da Operação NautiTrágio.

Operação Naufrágio

Desembargadores estão detidos em alojamento

Advogado diz que não teve acesso ao caso

Magistrados estão no prédio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em quarto de 12m²

DO CORREIO BRAZILIENSE

■ O presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Frederico Guilherme Pimentel, está preso junto com os desembargadores Elpídio José Duque e Josenider Varejão Tavares, em um alojamento da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com cerca de 12m². O espaço foi cedido à Polícia Federal, que não tinha onde colocar os detidos. Por terem foro privilegiado, os três não poderiam ficar em celas comuns junto com outros presos. Ontem, eles passaram o dia prestando depoimento na PF.

Pimentel, Duque e Tavares não têm mordomias. Eles desembarcaram na Base Aérea de Brasília por volta das 20h30 de terça-feira, e foram direto para a Secretaria de Segurança, onde permaneceram até a manhã de ontem, até serem levados para depoimentos. O percurso foi curto, já que os interrogatórios foram feitos em um escritório mantido pela Diretoria de Inteligência Policial (DIP) da PF, no Setor Sudoeste, a poucos metros do Complexo da Polícia Civil.

ESCUTAS

Os desembargadores, o juiz, dois advogados e uma funcionária do Tribunal de Justiça capixaba foram presos durante a Operação Naufrágio, desencadeada pela Polí-



FOLHA IMAGEM

RIGOR. A Secretaria de Segurança cedeu espaço à Polícia Federal para abrigar os detidos

cia Federal na terça-feira, para desmontar um esquema de venda de sentenças. Escutas telefônicas autorizadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) mostraram ligações dos representantes do Judiciário com um grupo preso em abril acusado de fraudes em importações de carros de luxo. Além disso, os grampos da PF revelaram que pode ter havido irregularidades em concurso para juízes no Espírito Santo e a existência de nepotismo.

Os integrantes do Poder Judiciário não receberam nenhuma visita durante a curta estada. No alojamento onde estão possuem apenas dois beliches e um frigobar, usados pelos policiais civis que trabalham em plantões no gabinete do secretário Val-

Tribunal de Justiça retomou atividades

■ Um dia após a prisão de três desembargadores, o Tribunal de Justiça do Estado (TJES) voltou à rotina normalmente. Mas as conversas entre os servidores giravam em torno da investigação que culminou com a prisão dos magistrados. O setor de Distribuição, comandado por Bárbara Pignaton Sarcinelli, presa na Operação Naufrágio, também não foi interrompido. A servidora Viviane Ramos está respondendo pelo setor interinamente. Hoje, o tribunal tem pela manhã a primeira sessão do Pleno, após o caso das prisões.

mir Lemos, que é delegado federal à disposição do Governo do Distrito Federal. Do lado de fora, escolta de agentes e do lado de dentro, calor por causa da falta de ventiladores ou ar-condicionado.

Os demais presos - a servidora do TJ Bárbara Sarcinelli, Frederico Pimentel Filho e um advogado - foram levados para a superintendência da PF em Brasília, e também deveriam depor no dia de ontem.

O procurador de Justiça do Espírito Santo, Eliézer Siqueira de Souza, detido por porte ilegal de armas, não foi transferido para Brasília. Com ele, a Polícia Federal apreendeu 16 armas de uso restrito das Forças Armadas. Ele foi solto ontem por decisão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Defesa de Elpídio Duque e de seu filho avaliou que prisão foi decisão extrema, baseada em "indícios"

■ Advogado do desembargador Elpídio José Duque e de seu filho, Paulo Guerra Duque, Leonardo Barbieri afirmou à tarde que ainda não havia tido conhecimento das suspeitas sobre os clientes.

"Não posso confirmar nada (sobre as suspeitas). O que tivemos acesso foi a decisão em Brasília. A partir de hoje (ontem), vamos identificar todo o procedimento para saber o que está acontecendo na íntegra. O que sabemos é o que foi noticiado pela imprensa, salvo algumas informações prestadas pela PF. Não conheço uma página, uma folha, de nada, a não ser o que é referente à decisão da ministra (do STJ Laurita Hilário Vaz, que determinou a prisão dos magistrados)", disse.

"Tudo o que se tem até agora são indícios, probabilidade", completou o advogado, para quem as prisões foram decisões "extremas". "Acho que a medida foi extrema. São pessoas públicas, com residência fixa."

Barbieri afirmou ainda que aguardava os depoimentos dos suspeitos para decidir quais providências seriam tomadas pela defesa, entre elas um eventual pedido de habeas corpus.

A reportagem telefonou também para o advogado do presidente do Tribunal de Justiça, Rodrigo Carlos Horta, mas ele disse que não poderia prestar

informações sobre a prisão de Frederico Guilherme Pimentel e seu filho, o juiz Frederico Pimentel Filho, porque "não fala com a imprensa". Na casa do magistrado, uma funcionária disse que "todo mundo" estava viajando no local e não poderia atender a reportagem.

A reportagem entrou em contato com o advogado Flávio Cheim, que prestou assistência ao desembargador Josenider Varejão Tavares, também preso ontem, mas ele disse que não poderia comentar a prisão porque não atuaria como advogado dele. "Está todo mundo surpreso. O que posso dizer é que ele tem muitos anos de vida pública e é uma pessoa pacata, proba", disse. Ele não soube dizer quem atuaria como advogado do desembargador no caso.

A seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Espírito Santo, por meio da assessoria de imprensa, disse ontem desconhecer quem são os advogados dos demais detidos, assim como a assessoria do Tribunal de Justiça do Estado.

Participaram desta cobertura: Felipe Quintino, Isabela Bessa, Vera Ferraço, Vitor Vogas e repórteres da redação multimídia



JUNTE A TURMA DA SUA EMPRESA E VENHA FAZER CHURRASCO NO YAHOO! CONSULTE-NOS SOBRE AS CONDIÇÕES. 33980000

Pimentel passou mal

Pressão. Artigo que reduzia repasse às câmaras foi retirado

Comissão aprova criação de 7,5 mil vagas de vereador

CCJ do Senado analisou proposta de emenda que eleva número de vereadores em todo o país

BRASÍLIA

■ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a proposta de emenda constitucional (PEC) que aumenta em 7.554 o número de vereadores no país. Os senadores, no entanto, retiraram do texto o artigo que reduzia os percentuais de repasse das receitas dos municípios para as Câmaras.

Com a mudança, as Câmaras de Vereadores vão continuar a receber o montante previsto pela Constituição Federal, sem redução nos gastos. O senador César Borges (DEM-BA), relator da proposta na comissão, havia sugerido a redução dos repasses uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reduziu em 2004 o número dos vereadores no país, mas manteve o mesmo percentual de repasses.

De 2004 para cá, as Câmaras tiveram os números de vereadores reduzidos, mas mantiveram a mesma arrecadação. "Os repasses continuaram os mesmos. Reduziu-se a representação, mas não os recursos para o erário. Por isso hoje temos Câmaras com uma verdadeira galinha gorda de arrecadação", disse Borges.

Como os senadores decidiram novamente aumentar o número de vereadores, na prática o relator afirmou que a redução não se faz mais necessária.

A CCJ decidiu separar o artigo que trata dos repasses



"GALINHA GORDA". O relator César Borges disse que as câmaras mantiveram a alta arrecadação

O corte e o aumento

8.528
vagas no país

■ É o total de vagas de vereadores reduzidas no país, em 2004, por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, em 2004, cumprindo decisão do Supremo Tribunal Federal.

7.554
vagas no país

■ É o número de vagas criadas pela proposta de emenda constitucional que tramita no Congresso e aprovada ontem

Casa. Com a retirada do artigo, a PEC continua a tramitar no Senado e segue para votação no plenário - mas sem o item referente aos gastos das Câmaras de Vereadores.

NO FINAL

A PEC foi aprovada em maio pela Câmara e, desde então, esperava pela análise dos senadores. Os vereadores fizeram pressões para o aumento no número de cadeiras ao longo do ano para que pudesse valer nas eleições de outubro deste ano, mas o Congresso acabou deixando a decisão para o último mês dos trabalhos legislativos.

Os vereadores sofreram um corte de 8.481 vagas em 2004 devido a resolução do TSE que

reduziu o número de cadeiras em 15 mil e 1 milhão de habitantes.

Com as mudanças, cidades que têm até 15 mil habitantes terão nove cadeiras na Câmara de Vereadores. O número vai crescendo de acordo com o tamanho dos municípios, chegando ao máximo de 55 cadeiras para as cidades que têm mais de 8 milhões de habitantes.

"As grandes cidades já estavam beneficiadas pela Constituição, essas não terão redução nenhuma no número de vereadores. Mas tínhamos municípios pequenos com maior número de vereadores do que outros

Merval
Pereira

merval@oglobo.com.br



A maldição de Illinois

NOVA YORK. O escândalo envolvendo o governador de Illinois, Rod Blagojevich, tomou conta da cena política americana, especialmente porque envolve indiretamente o presidente eleito, Barack Obama, cuja vaga no Senado estava sendo motivo de barganha não apenas política, mas, sobretudo, financeira. O endosso à tese de que o governador Blagojevich deve renunciar ao cargo foi uma exigência das bases políticas de Obama, que tentou, no primeiro momento, não se envolver no caso, apenas lamentando a situação por seu estado.

■ Ontem, ele teve que ir mais além, pois já começa um movimento entre os republicanos para tentar ligar os casos de corrupção em Illinois - vários dos últimos governadores acabaram tendo problemas na Justiça, e o antecessor de Blagojevich está na cadeia - ao partido democrata como um todo, embora Obama não faça parte do grupo político do governador, que não o apoiou quando concorreu ao Senado em 2004, nem teve o apoio do então senador Obama quando se candidatou ao governo em 2002.

Os republicanos começam a disseminar a tese de que Obama é o fruto de uma política tradicionalmente corrupta do estado, que é considerado o mais corrupto entre todos os demais estados americanos.

No entanto, foi uma conversa recente de Obama com o líder democrata na Câmara estadual, para forçar o partido a apoiar uma

tar a vida do futuro presidente democrata.

Enquanto a bancada democrata na Câmara chegou a um acordo com a Casa Branca para liberar uma parte dos recursos necessários para salvar as montadoras de Detroit, os republicanos no Senado anunciam a decisão de tentar obstruir qualquer tipo de acordo, sob a alegação de que não há garantias suficientes de que as três grandes - Chrysler, Ford e GM - mudarão sua gestão para se tornarem mais produtivas e produzir carros menos poluentes.

Embora também esteja empenhado em extrair das montadoras americanas compromissos que levem a indústria a patamares mais modernos de gestão e à produção de automóveis mais econômicos e adaptados a uma política de proteção ao meio ambiente, tudo o que o presidente eleito Obama não quer é enfrentar uma onda de

